

**ASPECTOS CATAFÓRICOS
DO PRONOME PESSOAL DE 3ª PESSOA
EM DIFERENTES INSTÂNCIAS ENUNCIATIVAS:
ANÁLISE DO CONTO SARAPALHA, DE J. G. ROSA**

Robervaldo Correia dos Santos (UFRB/CFP)
bem_fsa@hotmail.com
Gredson dos Santos (UFRB)
estudoslinguisticos@hotmail.com

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos aspectos catafóricos da forma referencial *ele/ela*, *eles/elas* em diferentes instâncias enunciativas. Para isso, será feita uma análise do conto *Sarapalha*, de João Guimarães Rosa, no qual o pronome em questão é muito utilizado como forma remissiva.

Fazer referência a qualquer objeto e ser a não pessoa da instância do discurso são características do pronome *ele*. Esse pronome em narrativas é usado, normalmente, como elemento remissivo que faz referência anafórica a entidades já introduzidas no texto. Essa análise se vincula a dois quadros teóricos da corrente funcionalista: a teoria da enunciação e a linguística de texto.

Assim, levanta-se a seguinte problemática: haverá a possibilidade do pronome de 3º pessoa *ele* ser utilizado para fazer remissão catafórica nas instâncias enunciativas: narrador e narratário (leitor), interlocutor e interlocutário?

A hipótese sugerida é que há a possibilidade do uso catafórico dessa forma pronominal, uma vez que, ao menos em sua superfície linguística, o texto em análise, em alguns casos, não apresenta nenhum elemento que sirva como referente textual para que seja efetuada a substituição pelo pronome, ou seja, a *priori* temos a ocorrência de catáfora aparente.

Inicialmente, apresentaremos uma visão geral sobre o funcionalismo em linguística com base em Neves (1997). Marcuschi (2008) proporcionará uma visão geral sobre linguística de texto. Em seguida trataremos da coesão textual a luz de Koch (2010). Faremos, com base em Benveniste (1995) e Fiorin (2011), uma abordagem sobre a enunciação e

os aspectos da forma referencial do pronome de 3º pessoa – *ele*. Por fim, será feita a análise do texto *Sarapalha* e as conclusões.

2. *Visão geral sobre o funcionalismo e a linguística de texto*

As abordagens funcionalistas têm servido a várias ciências humanas e sociais como, por exemplo, a sociologia, a antropologia, a linguística. Essa última, assumindo a proposta funcional da linguagem, passa a priorizar as funções da língua.

A perspectiva funcionalista da linguagem concebe que uma análise na estrutura linguística deve considerar a situação de interação no uso das expressões linguísticas. Os funcionalistas entendem que os significados das expressões são determinados, não apenas pela descrição da estrutura, mas de todo um contexto situacional.

A linguística de texto analisa o texto, na sua forma oral e escrita, de forma contextualizada. A análise linguística ultrapassa a estrutura superficial das frases e passa a entender que o texto deve ser analisado considerando fatores cognitivos, socioculturais, linguísticos e a situação em que é produzido.

Marcuschi (2008) define o texto como um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas, uma unidade significativa que apresenta critérios de textualidades, os quais possibilitam a compreensão textual.

Marcuschi (2008) concebe a língua como uma atividade sócio-histórica. Assim, são considerados os aspectos textuais internos ao texto e o funcionamento sob o ponto de vista enunciativo. A concepção de língua adotada pelo autor é denominada textual interativa. A língua é considerada como atividade sociointerativa desenvolvida no contexto de uso, uma prática sociointerativa de base cognitiva e histórica.

Define-se a linguística de texto como o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas. Essas operações são reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso.

A compreensão efetiva do texto só se dá em determinada situação, ou seja, o sentido do texto só apresenta sua potencialidade quando situado ou contextualizado. Segundo Marcuschi (2008), o texto é a unidade máxima de funcionamento da língua, pois ele opera como uma unidade

funcional de natureza discursiva. O texto opera em contextos comunicativos, que o determinam como língua em funcionamento.

Marcuschi (2008) apresenta três aspectos da textualidade: a) um texto é um evento comunicativo e sua existência depende que alguém o processe em algum contexto; b) um texto se define por se situar num contexto sociointerativo e por satisfazer um conjunto de condições que conduz cognitivamente à produção de sentidos; c) a sequência de elementos linguísticos será um texto à medida que consiga oferecer acesso interpretativo a um indivíduo que tenha experiência sociocomunicativa relevante para a compreensão. Neste último caso, a configuração linguística funciona como um texto quando consegue produzir efeitos de sentidos, coerência etc., do contrário não é um texto.

Numa avaliação dos sete critérios de textualidade, pode-se dizer que, segundo Marcuschi (2008), a coesão e a coerência são critérios orientados pelo texto; a intencionalidade e a aceitabilidade pelo aspecto psicológico; a informatividade pelo aspecto computacional; a situacionalidade e a intertextualidade pelo aspecto sociodiscursivo. Assim, o autor considera quatro aspectos centrais pelos quais um texto pode ser observado: língua, cognição, processamento e sociedade.

A linguística de texto, atualmente, parte do princípio que o texto é a unidade mínima de estudos. Nesse quadro teórico, situa-se a coesão que, segundo Marcuschi (2008), funciona como um dos critérios da textualidade. Assim, far-se-á uma breve análise sobre coesão textual.

2.1. Coesão textual

A coesão se refere aos fatores que regem a conexão referencial e conexão sequencial. A coesão referencial é tópico deste trabalho na medida em que tratamos dos aspectos remissivos do pronome de 3ª pessoa *ele* e suas formas. Essa forma pronominal, no âmbito textual, é considerada um elemento referencial.

A referência pronominal clássica, segundo Marcuschi (2008), compreende a endófora, que faz referência a elementos iminentes ao texto, e a exófora, que faz referência a elementos contextuais, externos ao texto.

A pronominalização textual endofórica, à medida que faz referência a entidades recobráveis no texto, faz referência a entidades já introdu-

zidas textualmente (a anáfora) e projeta prospectivamente uma nova entidade no texto (a catáfora).

“A coesão não é nem necessária nem suficiente, ou seja, sua presença não garante a textualidade e sua ausência não impede a textualidade” (MARCUSCHI, 2008, p. 104). Segundo o autor, isso não significa que a coesão não seja importante para condição da textualidade, mas que apesar de ser um princípio constitutivo textual, é possível que esse princípio não esteja explícito na superfície linguística do texto.

Segundo Koch (2010), a coesão é altamente relevante na medida em que manifesta os mecanismos superficiais da coerência. Para a autora, se por um lado a coesão superficial não é necessária para que um texto seja um texto, por outro lado, a presença dos elementos coesivos proporciona maior legibilidade ao texto.

O conceito de coesão textual definido por Koch (2010) diz respeito a todos os processos de sequencialização que garantem uma ligação linguística entre os elementos que compõe o texto. Assim, a autora propõe a existência de duas grandes modalidades de coesão. A coesão remissiva ou referencial, a qual nos interessa neste trabalho, e coesão sequencial.

A remissão linguística, segundo Koch (2010), pode ser realizada para trás e para frente. A remissão para trás é anafórica e a remissão para frente é catafórica. Exemplos:

(1) O homenzinho subiu correndo os três lances de escada. Lá em cima, *ele* parou diante de uma porta e bateu furiosamente. (*anafórico*). (KOCH, 2010, p. 31).

(2) Ele era tão bom, *o meu marido!* (*catafórico*). (KOCH, 2010, p. 31).

O elemento de referência ou referente textual em (1) é “O homenzinho” que é referido pela forma referencial de característica anafórica *ele*. Em (2) – ao menos em nível de frase – *ele* funciona como elemento remissivo catafórico, pois projeta a identidade “o meu marido” que será introduzida no mesmo período.

Segundo Koch (2010), o predicado que segue o pronome *ele*, quando anafórico, deve ser disposto de maneira que apresente relação com o elemento de referência. No caso de haver mais de um sintagma concorrendo à referência pronominal, o predicado torna-se decisivo para escolha do leitor, no momento de atribuir a remissão ao referente textual. Nessa mesma perspectiva de investigação funcionalista da linguagem, fa-

remos uma breve abordagem sobre a enunciação.

3. *A enunciação e os aspectos da forma referencial do pronome de 3º pessoa – ele*

Faz-se uma distinção entre enunciação e enunciado para compreensão dos estudos do uso da linguagem. Chama-se o ato de produzir o enunciado de enunciação, e o resultado do ato de enunciar de enunciado. Segundo Benveniste (1974, *apud* FIORIN, 2011, p. 162), a enunciação, diferentemente do enunciado, é a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização.

São em níveis de enunciação que se instauram as instâncias enunciativas entre o *eu* e o *tu*. É a partir do sujeito que se situam as referências de tempo e espaço. As instâncias enunciativas instauradas no discurso são classificadas em níveis hierárquicos em que ocorre a cena enunciativa.

Fiorin (2011) apresenta três níveis em que podem ocorrer as instâncias enunciativas. O primeiro nível é aquele em que há o ato implícito de produção do enunciado, em que se pressupõe a existência de enunciator e enunciatário; o segundo nível implica a instância enunciativa de narrador e narratário instalados no enunciado; o terceiro inclui a instância em que se instauram interlocutor e interlocutário, quando o narrador dá voz aos personagens, em discurso direto. Para a análise textual, ao menos no que tange ao uso do pronome *ele*, verificar-se-á apenas em segundo e em terceiro nível.

Benveniste (1995) distingue claramente a natureza do *eu* e *tu* da terceira pessoas *ele*. A referência de pessoa da forma pronominal *ele* é zero fora da relação *eu/tu*. As características da forma pronominal de terceira pessoa que foram levantadas por esse autor são: pode ser combinado com qualquer referência de objeto; nunca é flexiva da instância do discurso; comporta grande número de variantes pronominais ou demonstrativos e não são compatíveis aos aspectos paradigmáticos dos termos *aqui*, *agora*, etc. Assim, não se pode tomar a classe dos pronomes como sendo de natureza unívoca.

4. *Análise textual*

4.1. Procedimentos metodológicos

Este trabalho seleciona como dados de análise apenas as ocorrências do uso do pronome de 3ª pessoa que demonstrem, ao menos de forma aparente, aspectos catafóricos. Considerar-se-á o uso do pronome nas instâncias enunciativas: narrador e narratário (leitor), interlocutor e interlocutário no texto *Sarapalha*, um dos contos da obra *Sagarana*, de João Guimarães Rosa.

Assim, como já foi dito antes, levanta-se a seguinte problemática: haverá a possibilidade do pronome de 3º pessoa *ele* ser utilizado para fazer remissão catafórica nas instâncias enunciativas: narrador e narratário (leitor), interlocutor e interlocutário?

A hipótese sugerida é que há a possibilidade do uso catafórico dessa forma pronominal, uma vez que, ao menos em sua superfície linguística, o texto em análise, em alguns casos, não apresenta nenhum elemento que sirva como referente textual para que seja efetuada a substituição pelo pronome em questão, ou seja, a *priori* temos a ocorrência de catafora aparente. O texto *Sarapalha*, ao menos ao leitor, apresenta remissão catafórica utilizando a forma pronominal de 3ª pessoa. Essa impressão obtida com a leitura deste texto é que motivou a realização deste trabalho.

Recomendamos a leitura prévia do texto em questão para proporcionar ao leitor a contextualização da narrativa e possibilitar a visualização do texto como evento comunicativo. Este trabalho não pretende analisar aspectos literários da obra, evitando, assim, qualquer tipo de interpretação quanto a essas questões.

4.2. Análise dos dados e discussão dos resultados

Serão selecionados, no texto, como já dito, dados que apresentem indícios de uso catafórico das formas remissivas do pronome pessoal de 3ª pessoa, os quais serão contextualizados com as sequências de fatos que ocorre na narrativa. Os dados que estão na instância enunciativa do narrador e narratário serão identificados como (N2), e (N3) para os que se encontram na instância enunciativa do interlocutor e interlocutário. Vejamos os dados:

- (1) N2: – “... *ele* aparece, o pernillongo pampa, de pés de prata e asas de xadrez.” (ROSA, 2001, p.154).
- (2) N2: – “ ... “*eles*”, a gente do povoado, que não mais existe no povoado...” (p. 155).
- (3) N3: – “– Foi seis meses em-antes-de *ela* ir s’embora...” (p. 160).
- (4) N2 – “Desde que *ela* se foi, não falaram mais no seu nome.” (p. 160).
- (5) N3: – “Esta noite sonhei com *ela*, bonita como no dia do casamento...” (p.160).
- (6) N3: – “Eu não podia ficar com *ela* mais... Na hora, quando a Maria Preta me deu o recado dela se despedindo, mandando dizer que ia acompanhar o outro porque gostava era dele e não gostava mais de mim...” (p.162).
- (7) N2: – “*Ele*, Primo Argemiro, não tinha feito nenhuma má-ideia...” (p.164).
- (8) N2: – “Se *ele*, Primo Argemiro, tivesse tido coragem...” (p. 165).
- (9) N3: – “Quero só *ela*... Luísa...” (p. 167).
- (10)N2: – “E *ele*, Argemiro, terá de respeitar Primo Ribeiro,...” (p. 172).

Os dados descritos seguem a mesma ordem de desenvolvimento dos fatos da narrativa. Em (1) o pronome *ele* faz remissão anafórica ao referente “anofelino”, termo atribuído ao mosquito transmissor da malária, já projetado anteriormente na narrativa, e que também é substituído pelo termo “o pernillongo pampa”. O mesmo processo referencial ocorre em (2), o pronome de 3ª pessoa funciona como remissão anafórica.

Os dados de (1) e (2) ocorrem na instância enunciativa: narrador e narratário. Nestes casos, percebe-se que o elemento seguinte à forma pronominal é novo apenas na sua forma lexical o qual funciona como substituto, pois, semanticamente, o novo termo introduzido substitui um referente textual do enunciado sem mudar o seu significado. A forma referencial *ele* em (1) faz remissão ao referente “o anofelino” e termo “o pernillongo pampa” o substitui, atualizando-o. Assim, apesar do uso de termos diferentes o significado continua o mesmo, “o mosquito”.

Segundo Koch (2010), os elementos linguísticos que formam o contexto são os responsáveis de estabelecer a relação de remissão entre o pronome pessoal de 3ª pessoa e um grupo nominal determinado. No entanto, o que motiva a ocorrência da repetição da entidade é o fato de mais de uma entidade concorrer como referente textual para a remissão feita pelo pronome.

A repetição e a remissão dos referentes textuais contribuem para a

textualidade, possibilitando a compreensão e a atribuição de significados no processo de construção discursiva do texto. Isso corrobora com o que é postulado por Koch (2010), ao considerar que, se, por um lado, é verdade que a coesão textual não é condição necessária nem suficiente para que um texto seja um texto, por outro lado, a presença dos elementos de coesão atribui maior legibilidade ao texto.

O dado em (3), diferente do que ocorre em (1) e (2), apresenta o uso do pronome de 3ª pessoa, sem com isso fazer remissão catafórica a qualquer elemento no mesmo período, ou, remissão anafórica a alguma entidade já referida. No entanto, a instância de instauração do discurso está em nível interlocutor e interlocutário, em que o narrador dá a voz aos personagens.

O personagem ao dizer que “– Foi seis meses em-antes-de *ela* ir s’embora...”, sem antes usar algum referente textual para que fosse retomado pela forma pronominal durante a situação enunciativa, leva-nos *a priori* a interpretação de que essa forma é usada como elemento catafórico. No entanto, o interlocutário atribui imediatamente o significado a forma pronominal em questão, descartando a possibilidade de qualquer remissão catafórica nesse contexto.

A remissão catafórica tem como característica exclusiva, em relação à anafórica, colocar em alerta o *tu* de qualquer instância da situação enunciativa. E, isso, não ocorre entre o interlocutor e interlocutário da narrativa. O elemento que o pronome *ela* faz referência não está na superfície linguística, neste caso, a coesão está em nível cognitivo e social.

É importante lembrar que, segundo Marcuschi (2008), a coesão superficial não é nem suficiente e nem necessária para textualidade; sua presença não garante que um texto seja coerente nem sua ausência impede que um texto seja compreensível. Perguntar-se-á, então, como se dá a coesão neste caso, a nível do narrador e narratário.

Assim como o interlocutor e o interlocutário utiliza outros recursos para além da coesão linguística superficial, o mesmo é feito entre narrador e o narratário. Após o narrador dar a voz aos personagens, e o interlocutor dizer: “– Foi seis meses em-antes-de *ela* ir s’embora...”, o narratário, então, fica na expectativa de saber a quem a forma remissiva *ela* faz referência.

O narrador após a fala do personagem retoma a voz estrategicamente e diz: “Desde que *ela* se foi, não falaram mais no seu nome.”. Esse

recurso mantém a expectativa do narratário a respeito da forma remissiva, fazendo com que ele use o conhecimento de mundo, atribuindo significados como, por exemplo: os personagens, ao invés de dizerem o nome, utilizam um elemento substituído em comum acordo, como se esse nome lhes trouxesse lembranças ou algum mal estar.

Poderíamos dizer, então, que o uso do pronome de 3ª pessoa, neste caso, funciona como elemento catafórico, considerando que a expectativa do narratário se mantém à espera de um substituído para a forma remissiva *ela*? Pensamos que não. Nessa perspectiva, a análise escaparia da cena enunciativa para o âmbito enuncivo, pois se trata de uma remissão realizada em instância de interlocutor e interlocutário, e não de narrador e narratário. Quando o narrador diz: “Desde que *ela* se foi, não falaram mais no seu nome.”, logo, o narratário entende que o referente textual já está implícito na narrativa, ainda que não seja de seu conhecimento, criando uma coerência no uso do pronome.

Mantém-se a expectativa do narratário em suspense até mais adiante, e a identidade da entidade no enunciado é somente revelada, de fato, de forma fragmentada, fazendo uso do conhecimento compartilhado entre narrador e narratário. Considerando a instância enunciativa de interlocutor e interlocutário, podemos dizer que o narratário é uma terceira pessoa que constrói o conhecimento de forma fragmentada à medida que os personagens entrecortam diálogos.

Primeiramente, os personagens atribuem o gênero feminino, utilizando a forma pronominal *ela*. Depois, então, como podemos ver em (5) e (6), descartam a hipótese de ser uma criança, fazendo referência ao casamento. E, mais a diante, revelam que se trata da esposa de um deles. Só após várias referências a nível semântico, e manutenção do pronome *ela*, ao longo de boa parte da narrativa, é que se pronuncia o nome “Luísa”, como em (9).

O emprego do pronome, neste caso, considerando o que Benveniste (1995) diz a respeito da natureza dos pronomes, serve como substituído abreviativo de referência objetiva. Logo, substituindo no texto, o elemento “Luísa” pelo pronome de 3ª pessoa *ela*, caracteriza o funcionamento anafórico do pronome, pois fica esclarecido, de fato, que o pronome se tratava de uma terceira pessoa que já estava implícito na narrativa, apenas não era do conhecimento do narratário, no caso, o leitor.

Em (7), (8) e (10), só diferem da ocorrência em (1) e (2) porque mantêm o uso dos mesmos termos para repetição.

Perceber-se, ao menos nesta narrativa analisada, tanto em instância de interlocutor e interlocutário quanto de narrador e narratário, que não há a possibilidade de fazer remissão catafórica com o pronome de 3ª pessoa *ele*, considerando cada instância enunciativa em particular; estrategicamente, no entanto, para apreender a atenção do narratário (leitor) o narrador usa do artifício que chamamos de catáfora aparente. Dizemos que catáfora aparente, neste caso, é um recurso utilizado pelo narrador para apreender a atenção e manter a expectativa do narratário (leitor) sobre o texto, sobre a narrativa.

5. Conclusões

A análise do texto *Sarapalha*, por um lado, não confirmou a hipótese de que seja possível, fazer o uso do pronome de 3º pessoa como forma remissiva catafórica se considerarmos cada instância enunciativa em particular. Por outro lado, o cruzamento entre essas instâncias, ou seja, lançar o olhar a partir da instância do narrador e narratário para a do interlocutor e interlocutário, percebe-se o uso catafórico do pronome; isso, porém, passaria a ser uma observação sobre o enunciado e não sobre a enunciação.

Percebeu-se que a análise isolada de algumas frases poderia caracterizar o uso catafórico do pronome de 3º pessoa. No entanto, segundo Marcuschi (2008), o texto deve ser visto não como uma sequência de frases coesas, mas como uma sequência de atos enunciativos.

A não confirmação de parte da hipótese aqui levantada, considerando as diferentes instâncias enunciativas, corrobora com Marcuschi (2008). Ele diz que a referência pronominal são casos de substituições mínimas, sua referência não remete ao conteúdo semântico do item referido, tem apenas uma relação morfossintática com o elemento que substitui, pois a referência pronominal não é referencial em si mesmo. Segundo Benveniste (1995), o pronome de terceira pessoa tem a propriedade de combinar com qualquer referência de objeto, e fora da instância do *eu/tu*, sua referência de pessoa é zero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.
- FIORIN, José Luiz. Pragmática. In: José Luiz Fiorin (Org). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 161-185.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROSA, João Guimarães. Sarapalha. In: _____. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 151-173.